

Entrevista com Rogério Santanna

Guia de Migração

Colocado sob consulta pública por ocasião do 5º Fórum Internacional de Software Livre (FISL), guia é uma referência de migração para Software Livre para o setor público e também para as empresas brasileiras.

POR RAFAEL PEREGRINO DA SILVA E ALEXANDRE BARBOSA

Em meio a todo o debate que cerca os estudos sobre a adoção do software livre no Governo, uma das vozes mais sóbrias é a do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação Rogério Santanna. Com sua pasta ligada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Santanna é um dos mais importantes articuladores do incentivo à utilização do software de código aberto no Governo Federal e um dos coordenadores do “Guia Livre. Referência de Migração para Software Livre do Governo Federal”, documento de 150 páginas, elaborado por mais de 60 técnicos de vários departamentos do governo e que traz informações técnicas que visam facilitar a vida dos gestores de tecnologia em órgãos públicos ao migrarem para o Linux e que foi apresentado ao público pela primeira vez durante o 5º FISL.

Em entrevista à Linux Magazine, Santanna falou sobre a importância do Software Livre para o País e sobre novos modelos computacionais, mais adequados a países emergentes como o Brasil, entre outras questões.

LM (Linux Magazine) O Software Livre realmente atende às atuais necessidades do Governo Federal?

RS (Rogério Santanna) Atende a todas as necessidades. Pode-se encontrar soluções de todos os tipos em plataforma aberta, mas tudo vai depender da adequação técnica. Nem sempre a solução livre será a melhor alternativa. Mas o Linux é muito importante, pois pode ter usos absolutamente inovadores dentro do Governo Federal, permitindo realizar computação de alto nível como o processamento distribuído ou na computação sob demanda, dando uso a incontáveis

PCs ociosos numa nova abordagem computacional. Embora polêmico, o grande ganho do Linux não está nos desktops, mas nas atividades de back office.

LM Existem análises que comprovem a redução de custos com o Linux?

RS As análises que temos são pontuais, segmentadas por projetos. Mas em geral segue-se o mesmo raciocínio aplicado a soluções corporativas: um terço do custo é hardware, um terço do custo é software e um terço é consultoria. A porção software é reduzida pois eliminamos a licença do sistema operacional. Claro que se gasta um pouco mais em consultoria, pois a solução vai exigir um grau maior de adaptação, de customização. A vantagem, no entanto, não está na análise de curto prazo, mas no longo prazo, onde quebramos os custos de aprisionamento. Isso funciona da seguinte forma: empresas fornecem soluções para o Governo que acabam criando um custo a mais se decidirmos mudar, abandonar aquela plataforma. É aí que os fornecedores ficam gananciosos e cobram mais caro pelo uso da tecnologia. Ou seja, as empresas que vendem para o governo, sabendo que podem ser preteridas em função do Linux, se tornam mais flexíveis nas negociações.

LM Nesse caso, o software proprietário poderia ficar oneroso com o tempo?

RS Exatamente. Na verdade a estratégia de marketing dos fornecedores, que vai continuar existindo apesar do software livre, é facilitar a entrada numa determinada tecnologia e depois dificultar a saída. E a estratégia de quem compra é fugir desse roteiro. É onde os padrões são importantes, onde o Linux é importante. Isso significa que vamos deixar de



Figura 1: Santanna, Secretário de Logística e TI

conviver com padrões proprietários? Difícilmente. Porque quando alguém propor uma inovação que gere um tal ganho de produtividade que justifique os investimentos, aí valerá a pena correr o risco de ir para a solução proprietária.

LM E como as empresas estão reagindo à tendência governamental em apoiar o Software Livre?

RS Acho que as empresas estão mais assustadas do que deveriam. Mesmo que todo o setor público se decidisse pela migração para o Software Livre em todos os lugares, ele não conseguiria, porque não há força de trabalho suficiente no país para isso. Mas, seguramente, quem for ganancioso, sairá perdendo. O que as empresas precisam fazer é pensar no nível de apropriação que estão propondo e, se exagerarem na dose, serão os primeiros a ser substituídos.

LM O Guia de Migração será restrito aos órgãos governamentais ou também poderá ser usado por empresas pertencentes ao setor público?

RS O Guia poderá ser usado pelas empresas públicas e privadas. A ideia do Guia é de facilitar a migração, fornecendo um modelo estruturado do que deve ser considerado para a migração, como por exemplo documentação, estratégias e todo um conjunto que visa

estimular a disseminação de experiências e, por que não, de problemas com o software livre, economizando tempo para os usuários. E ele ficará cada vez mais rico, porque reunirá um conjunto maior de experiências relatadas com o tempo.

LM Como e onde nasceu a idéia do Guia de Migração do Governo Federal?

RS A idéia começou pequena. No início a idéia era pensar na melhor distribuição do Linux para uso em desktops. Depois percebermos que poderíamos ser mais ambiciosos. O grupo que começou a estudar isso envolvia o Comitê Técnico de Legados e Licenças e o Comitê de Software Livre. Descobrimos então que a Comunidade Econômica Européia já tinha um trabalho nesse sentido e ele estava à disposição para consulta, tendo nos servido de base, o que permitiu avançarmos na elaboração do guia com rapidez, de forma que ele já está, agora, em fase de consulta pública.

LM O documento será disponibilizado para outros países parceiros, no âmbito do Mercosul, por exemplo?

RS Sim, claro. Durante o FISL recebemos pedidos de outros países latinos como a Argentina e outros que se interessaram em usar nosso documento como base para suas próprias versões e isso, para nós, é gratificante, nos colocando, enquanto país, como um interlocutor importante no que tange o uso do Software Livre.

LM Como foi o processo de criação? Algum resultado prático já foi alcançado com o uso do Guia?

RS Na verdade foi o contrário. Tivemos muitas pessoas participando dos grupos que analisaram as várias abordagens do Linux no Governo e relatamos algumas experiências práticas, bem como as cautelas e experiências de pessoas que já enfrentaram esse tipo de dificuldade durante uma migração.

LM Como foi tratada a questão do suporte técnico?

RS Como eu disse, cada caso é diferente. Teremos ocasiões em que a terceirização será bem sucedida e outras em que a internalização será a melhor escolha. Vai depender do projeto. Hoje o nível de diferenciação e a falta de padrões são tão grandes que não há uma instalação igual à outra. Há casos em que o pessoal interno é quem melhor conhece a complexidade daquele ambiente e o fornece-

dor externo dificilmente conseguirá dar o suporte técnico adequado, seja para o software livre, seja para o proprietário.

LM O Guia está em consulta pública atualmente. Que tipo de contribuição espera da comunidade do software livre?

RS Não tenho uma posição oficial dos resultados da consulta pública mas o que posso dizer é que tenho recebido muitas de que há um grande apoio da comunidade e ela está muito envolvida. Tenho certeza de que a participação ativa dessa comunidade vai nos ajudar a melhorar o guia enormemente. E essa é a essência democrática do guia, que visa justamente compartilhar a base de conhecimento em torno das plataformas de software aberto, o que vai acelerar seu progresso, tornar mais rápidas estas conquistas. Imagino que em breve receberemos contribuições como sugestões de equivalência ou ainda propostas alternativas melhores do que as que tivemos em nossas experiências.

LM Qual a sua opinião sobre a recente politização do debate em torno da questão do Software Livre?

RS Acho que essa politização tem sido proposta de forma artificial. Não é essa a discussão que desejamos. Queremos, sim, discutir o compartilhamento e a apropriação da tecnologia. E esse debate opõe os países pobres e ricos, pois essa agenda discute o futuro da computação e o direito de propriedade industrial e intelectual. Hoje, esses direitos sobre propriedade intelectual são 70% da balança comercial norte-americana. Então, quando discutimos essa questão, estamos falando do que interessa aos países pobres, emergentes e que precisam de tecnologia e de fácil acesso a ela, para que possam disputar espaço na economia do conhecimento. O problema é não ideologizar a discussão, porque no fundo é uma discussão política, que fala das inovações tecnológicas e se elas podem servir para diminuir a desigualdade global.

LM Como fica a questão do treinamento de pessoal dentro do Governo? Porque não é possível usufruir das vantagens do Software Livre sem pessoal especializado. Há alguma ação do tipo ligada ao Guia de Migração?

RS Tivemos recentemente um grande esforço nessa área com mais de mil pessoas sendo capacitadas em 50 cursos diferentes para criar essa massa crítica

dentro do Governo Federal e que faz parte do nosso esforço maior, geral, de criar informação, documentação e especialização. O Software Livre é um vetor de mudança se tivermos agentes capazes e suficientes para realizá-la.

LM Essa é uma ação pluripartidária ou está ligada aos grupos ligados à base política do Governo?

RS Ela é pluripartidária. Temos governadores de grupos que não são da base do governo e que têm endossado essas iniciativas, até porque o Estado Brasileiro precisa racionalizar seus gastos com urgência, o que é, aliás, uma cobrança da sociedade, cobrança da qual a área de TI não pode escapar.

LM Como fica a questão de internalização de serviços? O Governo não seguia a tendência de concentrar sua atenção em atividades-fins?

RS Ao longo da história do Estado Brasileiro, fomos perdendo coisas e o Governo anterior, por exemplo, tinha a idéia de que a privatização era a solução. Eu não tenho nada contra a terceirização, desde que ela seja feita por quem entende do negócio. Se você terceiriza áreas que estão ligadas diretamente à cadeia de valor do que você faz, você arrisca o negócio. No caso do Estado, isso compreendeu perder a inteligência, a gestão do processo. E como a administração pública pode tomar decisões sobre o cidadão com base em sistemas de informação dos quais ele não pode sequer explicar o funcionamento? Se a gente não sabe como o código foi feito, as regras de negócio utilizadas, não sabemos se há mal uso das informações ou recursos públicos.

A gestão federal anterior optou por esvaziar as empresas públicas, e as empresas de tecnologia como o Serpro e a Dataprev ficaram excluídas de recursos para modernização. Então havia muito dinheiro disponível, mas poucos bons projetos na área de tecnologia. Então precisamos rever essa questão porque não é só dos grandes fornecedores que o Governo Federal é dependente. Precisamos, portanto, comprar melhor. Comprar tecnologia de uma forma em que não abandonemos o controle sobre o processo. Se comprássemos componentes e objetos em vez de software, conseguiríamos democratizar o mercado para um universo muito maior

de empresas e ter mais concorrência e qualidade, além de democratizar todo o negócio. Claro que, naturalmente, quem é atingido direta ou indiretamente por essas mudanças acaba reagindo.

LM Mas isso significa que, numa primeira, fase será necessário um grau maior de internalização?

RS Em alguns casos sim. Por exemplo, o Ministério de Planejamento passou ao Serpro o sistema de planejamento que antes rodava numa empresa privada e este é um dos sistemas mais importantes

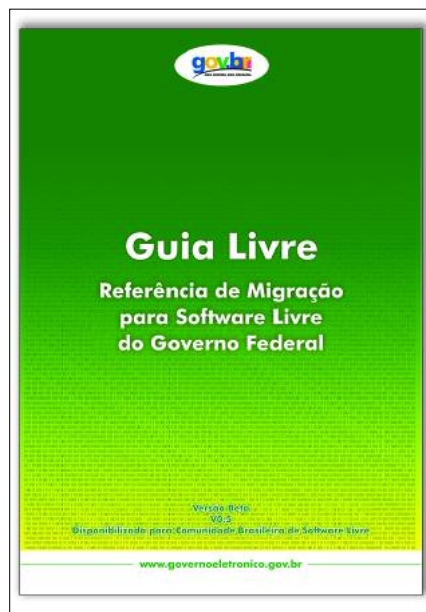


Figura 2: Guia Livre, documento que o Governo Federal colocou sob consulta pública no 5º FISL.

do governo. No ano passado tivemos vários problemas de integração e que atrapalharam o andamento da aprovação da lei orçamentária. E eram feitos em empresas privadas e isso não trouxe melhorias para o processo. Essa forma fragmentária levou a inúmeros problemas e é o que está me levando a propor um padrão mínimo de interoperabilidade dentro do Governo, uma norma que permita um mínimo para o fluxo de dados dentro do setor público.

LM E como fica a capacitação dos fornecedores de software livre para processamentos críticos e de grande porte? Serão capazes de fornecer suporte em momentos de grande demanda?

RS É por isso que eu defendo a discussão de novos modelos computacionais. Para abordar o processamento de grande porte com eficiência. Às vezes ficamos engessados em relação às

maneiras usuais de pensar o grande porte. Veja, o caso do sistema de pagamento da União lida com um milhão e meio de contribuintes e mais de oitenta bilhões de Reais em dinheiro. Aí vem a pergunta: ele precisa necessariamente rodar em um ambiente de mainframe? Se olharmos de perto o sistema, veremos que ele faz 250 folhas de pagamento diferentes e que existem dados agregados. Se eu distribuísse essa carga em 250 subsistemas com processadores independentes eu poderia obter ganhos. Ou seja, se a aplicação fosse pensada para ser desmembrada, ou “distribuída”, poderia rodar em plataformas menores com custos mais atraentes.

Assim, o problema então não está no tamanho da aplicação mas na qualidade do projeto que vamos fazer e daí a importância de ter gente qualificada para cuidar disso. E não adianta ter projetos ruins de Software Livre. Temos que ser criativos e elaborar sistemas mais leves e mais baratos, adequados aos países pobres. Daí podemos fornecer soluções para outros países que enfrentam dificuldades como as nossas. Temos que nos libertar de paradigmas intensivos em hardware e desprovidos de inteligência.

LM O que falta ainda ser discutido na arena do Software Livre?

RS O que não custa reforçar é que o debate que nós fazemos em cima do Software Livre é mais profundo e por isso ele tem causado essa verdadeira comoção junto aos fornecedores. Ele é o debate sobre o compartilhamento e a gestão do conhecimento no futuro, um debate vital para países periféricos como o nosso, esses que estão ao Sul, abaixo da linha do Equador, e que não estão no mapa da microeletrônica mundial.

De nada adiantará termos ganhos enormes na agricultura se a cada vez tivermos de pagar mais sacas de soja para cada licença de software. O padrão de troca é determinado por quem detém o poder econômico e devemos lutar por regras que nos sejam mais favoráveis. E é absolutamente legítimo que o façamos. Afinal, só assim estaremos defendendo os nossos interesses e contribuindo para, finalmente, ter o controle do conhecimento e o domínio da tecnologia que poderá até mesmo elevar o país à categoria de exportador de soluções em Tecnologia da Informação. ■